



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL
DO CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS
PROGRAMA REDE SOCIAL**



PROJECTO FINANCIADO PELO ESTADO PORTUGUÊS – MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO

Janeiro de 2010

Conselho Local de Acção Social de Arruda dos Vinhos

Município de Arruda dos Vinhos;
Junta de Freguesia de Arranhó;
Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos;
Junta de Freguesia de Cardosas;
Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos;
Instituto de Segurança Social – Serviço Local de Vila Franca de Xira;
Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos;
Guarda Nacional Republicana;
Centro Social da Freguesia de Arranhó;
Centro Social para o Desenvolvimento de S. Tiago dos Velhos;
Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos;
Agrupamento de Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins – de – Infância do concelho de Arruda dos Vinhos;
Externato João Alberto Faria;
Associação dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos;
Clube Recreativo Desportivo Arrudense

Núcleo Executivo

Município de Arruda dos Vinhos;
Instituto de Segurança Social - Serviço Local de Vila Franca de Xira
Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos
Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos
Agrupamento de Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins – de – Infância do concelho de Arruda dos Vinhos

Arruda dos Vinhos, Janeiro de 2010

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
METODOLOGIA	7
DIAGNÓSTICO SOCIAL SÍNTESE	8
CAPITULO I – EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	10
1. Qualificar o Nível de Vida das Pessoas	10
2. Promover a Melhoria dos Recursos de Apoio Social e Humanitário	13
3. Desenvolver Estruturas de Apoio Sócio-Educativo	16
CAPITULO II – SISTEMA DE AVALIAÇÃO	19
1. Sistema de Avaliação	19
CONCLUSÃO	25
BIBLIOGRAFIA	26

INTRODUÇÃO

A Rede Social¹ é uma estrutura orgânica que se articula com vários parceiros públicos e privados, que tem por objectivos, combater a pobreza e a exclusão social, promover a inclusão, o desenvolvimento social integrado e o planeamento integrado e sistemático, garantir com maior eficácia, cobertura e organização o conjunto de respostas e equipamentos no concelho de Arruda dos Vinhos e criar canais de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

O Município de Arruda dos Vinhos, em 2003, implementou a Rede Social através da criação do Conselho Local de Acção Social, constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social. Assim, os objectivos específicos deste programa são:

- induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local;
- promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- potenciar e divulgar o conhecimento sobre a realidade concelhia.

A implementação e consolidação do CLASAV tem sido uma parceria inacabada e dinâmica, materializando-se na reflexão social produzida, nos trabalhos realizados e no alargamento da parceria.

Com o Diagnóstico Social foram definidos pilares de intervenção fundamentais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos, enquanto “(...) *plano estratégico que se estrutura a partir dos objectivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objectivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS.*”² Este plano possui um carácter obrigatório, integrando, por um lado, prioridades ao nível nacional e regional e, por outro, a dimensão de género, isto é, a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

O Plano de Desenvolvimento Social é resultado de uma acção conjunta de diversas entidades e actores sociais que traçaram objectivos, recursos e estratégias. Este modelo de intervenção social conjunta, procura criar e definir mecanismos de avaliação.

Desta forma, o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos visa constituir uma resposta consensual aos problemas que emergiram da

¹ Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de Julho.

² Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de Junho, Artigo 36.º



participação dos parceiros e das prioridades de intervenção estabelecidas no Diagnostico Social.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“Vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades, mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do Norte e do Sul, onde os jovens e os mais idosos, entre as cidades e o campo, um mundo que consome o laço entre os humanos e a natureza (...). Mas vivemos também num mundo em que por todo o lado surgem iniciativas, projectos, movimentos de cidadãos e cidadãs determinados a alterar a face do planeta, conciliando abertura ao mundo e satisfação local das necessidades.”³

O processo da globalização interliga o mundo, pois através deste os países e as pessoas interagem entre si, envolvendo os aspectos económicos, sociais, culturais e políticos. Os avanços tecnológicos, a situação profissional, a constituição da sociedade informacional, a ocidentalização da cultura e a superexposição dos media, são considerados processos contemporâneos que tem produzido mudanças no modo de vida, transformando, desta forma, as especificidades regionais/ territoriais.

Assim, é necessário um equilíbrio entre o global e o local na concepção de desenvolvimento. As acções a desenvolver de luta contra a pobreza e exclusão e de promoção da integração social devem apostar no desenvolvimento local, baseando-se como pilar fundamental, mas não único, nos recursos e forças endógenas de cada unidade territorial. Neste âmbito, desenvolvimento local é “(...) um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir de capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, mas em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonistas e soluções”⁴.

Este modelo de desenvolvimento caracteriza-se por um processo de melhoria das condições culturais, económicas, educativas e sociais das populações através de iniciativas de base comunitária, de valorização dos recursos humanos e materiais em ligação privilegiada com a população local e as instituições do território em zonas rurais ou urbanas.

O processo de desenvolvimento local é um diálogo constante entre os residentes de um local – as autoridades, as organizações cívicas, os grupos comunitários, os dirigentes empresariais e outras pessoas – visando procurar sistematicamente uma melhor qualidade de vida para todos.

³ Declaração Final dos Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local de Sherbrooke (Canadá), ANIMAR, Outubro de 1998.

⁴ Henriques, José Manuel, “Municípios e Desenvolvimento”, Lisboa, Escher, 1988.

METODOLOGIA

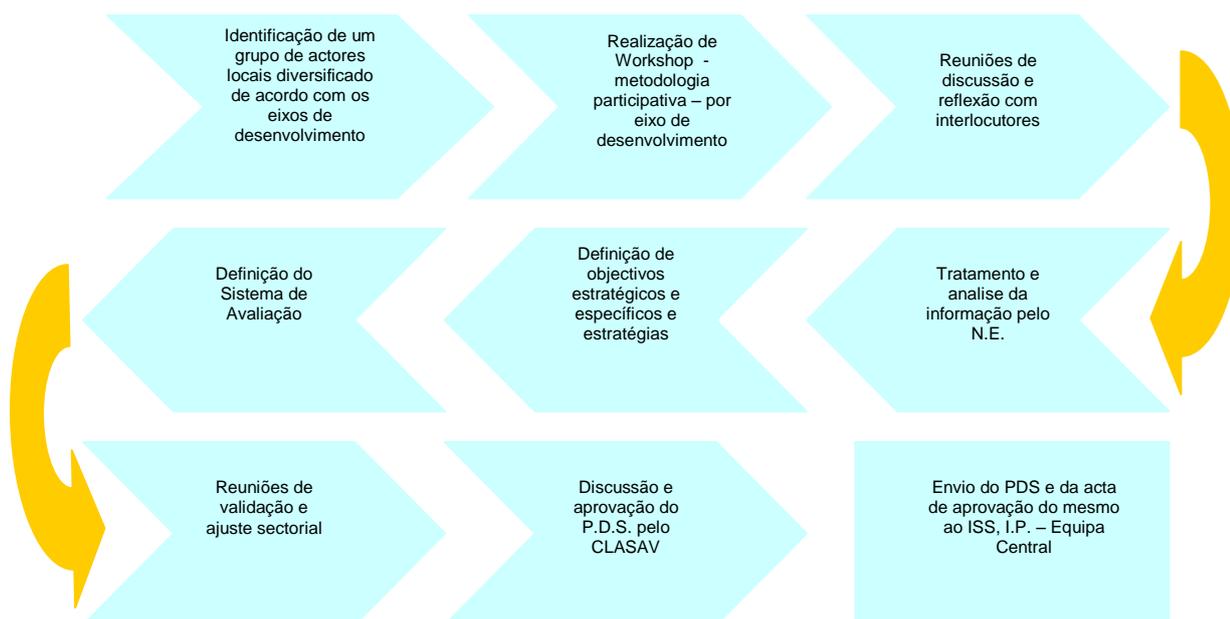
A metodologia utilizada para a realização do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos baseou-se em factores essenciais, nomeadamente, a participação, multidisciplinaridade e partilha. Esta visa a definição de uma estratégia consensual para o desenvolvimento de uma intervenção, que permita colmatar problemas ao nível da pobreza, marginalização e exclusão social.

Nesta metodologia procurou-se dinamizar todo um processo de transparência e cooperação, com o intuito de obter consensos quanto à definição dos objectivos específicos e estratégicos, bem como da própria estratégia. Com base nos pressupostos anteriormente mencionados, o grupo de trabalho desenvolveu as seguintes fases/acções:

- 1- Análise do Diagnóstico Social e validação dos Eixos de Desenvolvimento
- 2- Dinamização de Workshops - metodologias participativas;
- 3- Reuniões de discussão e reflexão com interlocutores privilegiados;
- 4- Tratamento e análise das informações recolhidas dos Workshops e reuniões de discussão;
- 5- Sistema de Informação;
- 6- Estruturação e elaboração do Plano de Desenvolvimento Social

As etapas do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos são apresentadas no esquema seguinte.

Figura 1. Síntese das etapas do Processo do Plano de Desenvolvimento Social



DIAGNÓSTICO SOCIAL SÍNTESE

Demografia

- Crescimento populacional contínuo entre 2001 e 2007, sustentado por um fluxo migratório;
- Densidade populacional elevada em Arruda dos Vinhos e Cardosas;
- Forte concentração populacional na zona urbana da vila de Arruda dos Vinhos;
- Crescente envelhecimento da população e do respectivo índice de envelhecimento;
- Estrutura familiar predominante: casais com e sem filhos.

Educação

- População com baixos níveis de escolaridade;
- Progressiva adesão ao *Programa Novas Oportunidades*;
- Aumento de alunos nos vários níveis de escolaridade;
- Encerramento de edifícios escolares sem condições condignas e conseqüente construção de novos equipamentos.

Cultura e Lazer

- Qualidade dos recursos culturais e patrimoniais;
- Falta de articulação institucional na promoção de actividades de ocupação de tempos livres.

Saúde

- Mau funcionamento do sistema de marcação de consultas;
- Elevado número de pessoas sem médico de família;
- Número crescente de pessoas em situação de dependência;
- Insuficientes formas de garantir aos grandes dependentes cuidados necessários para a manutenção de qualidade de vida;
- Número crescente de pessoas portadoras de doença mental que não tem as suas necessidades específicas asseguradas.

Acção Social

- Escassez de recursos materiais e humanos por parte dos serviços da Segurança Social;
- Constituição de várias parcerias: CLASAV, CPCJ, Conselhos Municipais;
- Enfraquecimento da rede de suporte familiar;

- Dificuldade de conciliação da vida familiar e profissional das famílias com crianças entre os 0 e os 6 anos;
- Baixo nível de cobertura de lares para a terceira idade;
- Falta de actividades de ocupação de tempos livres para idosos.

Actividade Económica

- Grande importância do sector terciário na base económica do concelho;
- Predomínio das microempresas;
- Dinamismo industrial nos sectores de reciclagem de sucata;
- Importância estratégica da ZIR no desenvolvimento industrial do concelho;
- Baixa qualificação profissional;
- Insuficiente informação sobre a oferta formativa;
- Aumento do número de desempregados;
- Dificuldade de integração na vida activa.

Habitação Social

- Elevado número de população que procura habitação social;
- Existência de dois bairros de habitação social de gestão municipal (Bairro João de Deus e Bairro Calouste Gulbenkian);
- Existência de um bairro de habitação a custos controlados.

Acessibilidade, Ordenamento e Ambiente

- Dificuldade de acesso aos locais públicos e privados por parte de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Falta de sinalética de espaços públicos, privados e monumentos;
- Importância estratégica da A10;
- Mau estado geral de algumas estradas e caminhos municipais;
- Deficiente rede de transportes colectivos essencialmente aos fins-de-semana;
- Crescimento significativo do parque habitacional nos últimos 20 anos;
- Elevado índice de condições de habitabilidade;
- Fraca valorização das questões ambientais;
- Possibilidade de conciliar a elevada qualidade ambiental com um forte desenvolvimento do concelho.

Segurança

- Aumento do número de acidentes de viação e da criminalidade global;
- Fraco conhecimento das normas de segurança (rodoviária, doméstica, laboral, etc.);
- Crescente sentimento de insegurança;
- Insuficiente intervenção, formação e prevenção na área da segurança.

CAPITULO I – EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

1. Qualificar o Nível de Vida das Pessoas

Uma sociedade humana sustentável implica um equilíbrio entre diferentes forças e dinâmicas, que garantam a priorização e a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde e lazer), a solidariedade para com as gerações actuais e futuras, a participação da população nos processos de decisão, a preservação e racionalização dos recursos, o desenvolvimento de um sistema social promotor de medidas equitativas, de justiça social, de adequação à realidade local de cada unidade territorial e de apoio a grupos populacionais mais vulneráveis.

No que diz respeito à qualificação do nível de vida das pessoas, um dos problemas detectados foi a centralização e dificuldade de acesso às ofertas lúdicas e de lazer. Desta forma, é importante desenvolver uma lógica de coordenação, promoção e dinamização de actividades de ocupação de tempos livres que vise constituir uma ocupação saudável e contribuir, inequivocamente, para a formação e desenvolvimento da população deste concelho.

A juventude é considerada um grupo de extrema importância para o desenvolvimento local, como tal torna-se necessário reconhecer nos jovens a capacidade de agir, dinamizar e desenvolver uma sociedade. Um dos problemas apresentados é a dificuldade em flexibilizar respostas para grupos juvenis específicos. Assim sendo, torna-se necessário apostar na formação e no desenvolvimento de competências individuais, familiares e sociais.

A promoção da acessibilidade na via pública e nos edifícios é um elemento fundamental para a qualidade de vida de todos os cidadãos, sendo sentida de forma mais acentuada por aqueles que têm limitações de mobilidade. Neste âmbito, a existência de barreiras arquitectónicas torna-se um problema a colmatar. Desta forma, através da eliminação destas barreiras, será permitido às pessoas com mobilidade reduzida o acesso a todos os serviços da comunidade.

A melhoria da qualidade de vida pressupõe, por um lado, a consagração de vários princípios, nomeadamente, da igualdade, qualidade de vida e bem-estar, educação, cultura e ciência, fruição e criação cultural e, por outro, os direitos dos cidadãos com deficiência.

Problema	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Estratégia
<p>Centralização e dificuldades de acesso às ofertas lúdicas e de lazer</p>	<p>Até Dezembro de 2010, facilitar o acesso da população a ofertas lúdicas e de lazer</p>	<p>Até Dezembro de 2010, facilitar o acesso dos munícipes que residam fora da sede do concelho, às actividades lúdicas e de lazer, existentes no concelho</p> <p>Até Dezembro de 2010, apoiar o desenvolvimento de pólos de actividades lúdicas e de lazer nas freguesias de Cardosas e Santiago dos Velhos</p>	<p>Sensibilização junto do município, juntas de freguesia e associações locais, para o desenvolvimento de actividades lúdicas e de lazer descentralizadas, bem como melhorar o acesso àqueles que decorrem em sede de concelho.</p>
<p>Dificuldade em flexibilizar respostas para grupos juvenis específicos</p>	<p>Até Dezembro de 2010, elaborar um plano de intervenção para grupos juvenis específicos</p>	<p>Até Dezembro de 2010, realizar um estudo sobre as necessidades de resposta ocupacional e preventiva referente a grupos juvenis específicos</p> <p>Até Dezembro de 2010, apresentar ao CLASAV, um plano de intervenção</p>	<p>Articulação com os estabelecimentos de ensino e CPCJ de Arruda dos Vinhos, no levantamento e estudo das necessidades da população juvenil específica.</p>

Problema	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Estratégias
Existência de Barreiras Arquitectónicas	Até Dezembro de 2010, melhorar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida na Rua Cândido dos Reis	Até Dezembro de 2010, identificar e propor a diminuição em 20% das barreiras arquitectónicas identificadas na Rua Irene Lisboa e Avenida Eng. Adriano Brito Conceição	Realizar um levantamento/estudo das barreiras arquitectónicas relativamente a espaços públicos e equipamentos recreativos, culturais, desportivos e de ensino, envolvendo os serviços responsáveis

2. Promover a Melhoria dos Recursos de Apoio Social e Humanitário

Promover a melhoria dos recursos de apoio social e humanitário implica acções de combate à exclusão social que devem contribuir para a partilha de benefícios económicos e sociais de integração, para melhorar o nível de qualidade de vida de todos. Trata-se de um processo que envolve pessoas, grupos, associações, entidades e comunidade em geral assente numa metodologia interactiva de gestão e de resolução de conflitos.

A escassez dos recursos humanos ao nível do atendimento social por parte da Segurança Social é um dos problemas existentes no concelho, traduzindo-se na dificuldade de marcação de atendimento por parte dos munícipes em situação de carência, bem como nos tempos de resposta social versus a necessidade sentida. Desta forma, é necessário melhorar a qualidade do atendimento (humano e técnico) e o apoio e reforço das famílias.

Com as transformações na sociedade verifica-se um aumento do número de agregados familiares com dificuldades na gestão do orçamento familiar. Este crescimento é um problema preocupante, pois a necessidade de apoiar as famílias é cada vez maior. Desta forma, os apoios sociais devem ser distribuídos de forma unânime, dando prioridade às pessoas e grupos com dificuldades e/ou menos capacidades de acesso aos bens disponíveis na sociedade.

Ao nível da Saúde, constata-se que um dos problemas apresentados é o número crescente de pessoas portadoras de doença mental que não tem as suas necessidades específicas asseguradas. Este tipo de doença é causa de uma preocupação futura de toda uma sociedade, assim é importante intervir activa e sistematicamente neste tipo de doença, de forma a ajudar a pessoa a ter qualidade de vida.

Problema	Objectivo Gerais	Objectivos Específicos	Estratégias
Escassez de recursos humanos ao nível do atendimento social por parte dos serviços da Segurança Social	Até Dezembro de 2010, melhorar o acesso de todos os munícipes ao atendimento de Acção Social	Até Dezembro de 2010, estabelecer um acordo para o desenvolvimento de uma parceria no âmbito do atendimento de Acção Social	Articulação e racionalização de recursos existentes para o município e Segurança Social
Número crescente de agregados familiares com dificuldades na gestão do orçamento familiar		Até Dezembro de 2010, realizar um estudo da população que solicita apoio junto dos serviços da Segurança Social	Identificação de problemáticas decorrentes dos atendimentos de Acção Social da população residente no concelho de Arruda dos Vinhos

Problema	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégias
<p>Número crescente de pessoas portadoras de doença mental que não têm as suas necessidades específicas asseguradas</p>	<p>Até Dezembro de 2010, promover o conhecimento sobre a problemática da doença mental no Concelho de Arruda dos Vinhos</p>	<p>Até Dezembro de 2010, realizar um estudo caracterizador das pessoas portadoras de doença mental no concelho de Arruda dos Vinhos</p> <p>Até Dezembro de 2010, organizar um encontro sobre a problemática da doença mental</p>	<p>Articular com as unidades de saúde para a implementação de um estudo caracterizador</p>

3. Desenvolver Estruturas de Apoio Sócio-Educativo

O desenvolvimento da rede de serviços e equipamentos de apoio social e comunitário tem como objectivo principal a integração da população. Assim, é necessário a prossecução do progresso social, a melhoria do bem-estar, da saúde, das condições de vida/trabalho e do lazer, de forma a colmatar a exclusão e isolamento social.

O elevado número de idosos com inactividade física, cognitiva e social, é um problema que exige uma adaptação por parte da sociedade no que diz respeito à (re)organização e criação de estruturas de apoio à terceira idade. Com estes equipamentos sociais pretende-se promover a aprendizagem, a ocupação de tempos livres, fomentar as relações interpessoais e inter-geracionais, prevenindo assim a solidão.

Ao nível educativo, verifica-se como principal problema a falta de vagas nas valências de creche e jardim-de-infância da rede privada. Desta forma, é necessário alargar os equipamentos sócio-educativos, proporcionando o bem-estar e desenvolvimento pessoal e social das crianças.

No que diz respeito às pessoas em situação de dependência, constata-se um número crescente desta população, que se traduz num problema que necessita de respostas sociais urgentes por parte das instituições locais. Assim sendo, é essencial apoiar os indivíduos e suas famílias na satisfação das necessidades básicas e assegurar a prestação de cuidados de saúde e apoio social, de forma a garantir uma melhoria na qualidade de vida.

Problema	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Estratégias
<p>Elevado número de idosos com inactividade física, cognitiva e social</p>	<p>Até Dezembro de 2010, apoiar o desenvolvimento da rede municipal de centros de convívio</p>	<p>Até Dezembro de 2010, apoiar a implementação de centros de convívio nas freguesias de Cardosas e Santiago dos Velhos</p> <p>Até Dezembro de 2010, apoiar o desenvolvimento de actividades lúdicas e de lazer</p>	<p>Articulação entre o município, juntas de freguesia e associações locais para a implementação de centros de convívio para pessoas idosas</p>
<p>Falta de vagas na valência de creche e Jardim-de-infância da rede privada</p>	<p>Até Dezembro de 2010, promover o alargamento da rede de equipamentos de creche e jardim-de-infância</p>	<p>Até Dezembro de 2010, apoiar as entidades locais na realização de candidaturas para alargamento das valências de creche e jardim-de-infância</p> <p>Até Dezembro de 2010, apoiar o aumento de vagas na valência de creche e jardim-de-infância</p>	<p>Desenvolvimento de estratégias de captação económica através de linhas de financiamento disponíveis</p>

Problema	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Estratégias
<p>Insuficientes formas de garantir aos grandes dependentes cuidados necessários para a manutenção da qualidade de vida</p>	<p>Até Dezembro de 2010, desenvolver uma prática inter-institucional de racionalização de recursos sociais</p>	<p>Até Dezembro de 2010, apoiar a estruturação de programas de voluntariado nas instituições locais</p> <p>Até Dezembro de 2010, apoiar na criação de um Centro de Ajudas Técnicas para dependentes e grandes necessitados</p> <p>Até Dezembro de 2010, analisar a perspectiva do utente para o alargamento dos serviços de apoio domiciliário ao fim-de-semana</p> <p>Até Dezembro de 2010, apoiar a divulgação das respostas sociais existentes no concelho</p>	<p>Racionalização e adequação das respostas sociais no concelho de Arruda dos Vinhos</p>

CAPITULO II – SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1. Sistema de Avaliação

O Programa da Rede Social veio introduzir uma nova lógica de intervenção local baseando-se quer num trabalho de parceria efectiva de promoção de desenvolvimento social sustentado, quer no planeamento rigoroso dessa intervenção.

É um processo dinâmico, em construção e actualização permanente, pelo que o conceito de avaliação⁵ assume o papel estratégico em todo este trabalho, com o objectivo de proceder aos necessários ajustes e contribuindo para a optimização do processo de intervenção.

Neste âmbito, entendemos como metodologias de avaliação “(...) os processos de pesquisa científica que visam deliberadamente colocar questões relativas à concepção, às formas de tomada de decisão, à execução e aos efeitos de programas, políticas, projectos e investimentos, quer dizer, de diferentes dispositivos criados para modificar situações e resolver problemas. Tais processos socorrem-se de sistemas de reflexão critica a partir de informações recolhidas no decurso do acompanhamento ou após a conclusão desses dispositivos, de modo a permitir que as pessoas e as instituições envolvidas julguem o seu trabalho e aprendam com os julgamentos feitos”⁶.

Neste momento é importante definir o Sistema de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos (e respectivos Planos de Acção decorrentes), assim:

Tipologia em Função de Quem realiza a Avaliação:

- Auto-Avaliação⁷;
- Avaliação Interna⁸.

Tipo de Avaliação Segundo a Temporalidade:

- Avaliação de Acompanhamento⁹;
- Avaliação Final¹⁰.

⁵ “(...) processos de pesquisa científica que enfatizam a objectividade, a recolha de informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos para alcançar resultados válidos, sistemáticos e fiáveis.” (Capucha e tal., 1999:3.2).

⁶ Capucha, Luís, Pegado, Elsa, Saleiro, Sandra, Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa, 1999. Pg 3.3.

⁷ Avaliação realizada pela mesma equipa que executa.

⁸ Avaliação realizada dentro da estrutura gestora, mas com distanciamento da equipa de execução.

⁹ Avaliação que acompanha a execução, produzindo informação para a monitorização e gestão do processo, numa óptica de melhoria continua.

Tipo de Avaliação:

- Avaliação Sumativa¹¹.

Modelo de Avaliação:

- Avaliação de Impactes¹².

Dimensões e Critério de Avaliação:

- Estrutura de Implementação:

- Dinâmica da Rede
- Gestão da Parceria

- Adequação do Processo de Intervenção:

- Pertinência da Intervenção
- Coerência Interna
- Coerência Externa
- Eficácia
- Eficiência
- Impactes Locais

¹⁰ Avaliação após a conclusão, produz informação sobre os seus resultados e efeitos gerados pela intervenção.

¹¹ Avaliação que visa determinar em que medida os objectivos foram cumpridos, com enfoque nos resultados gerados durante, no final e após a realização da intervenção.

¹² Avaliação que visa aferir as mudanças ocorridas pela execução do processo de intervenção.

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
Dinâmica da Rede	Participação nas Reuniões CLASAV Núcleo Executivo Número de Reuniões/Assiduidade CLASAV Núcleo Executivo Grupos de Trabalho Participação efectiva nas decisões tomadas Existência de projectos que tenham surgido no processo da rede Propostas de intervenção social no concelho Comunicação intra-instituições/parceiros Alterações ocorridas na constituição do CLASAV	Inquérito Actas Actas Plano de Acção PDS Plano de Acção Inquérito Actas	CLASAV CLASAV Grupos de Trabalho CLASAV CLASAV CLASAV CLASAV CLASAV	Semestral
Gestão da Parceria	Criação de parcerias específicas para a intervenção Grau de participação das parcerias na intervenção	Actas Plano de Acção Inquérito Grelha de Análise	CLASAV CLASAV	Semestral

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
Coerência Interna	<p>Adequação dos objectivos específicos face aos objectivos estratégicos</p> <p>Adequação dos objectivos, actividades e recursos</p> <p>Adequação das actividades aos prazos previstos</p>	<p>PDS</p> <p>PDS Plano de Acção Actas</p> <p>PDS Plano de Acção</p>	CLASAV	Semestral
Coerência Externa	<p>Relação do PDS e Plano de Acção com outros projectos concelhios existentes</p> <p>Articulação do processo de intervenção do CLASAV com a intervenção de outras entidades do concelho</p>	<p>PDS Planos Concelhios</p> <p>Inquérito Grelha de Análise Actas</p>	CLASAV CLASAV	Semestral
Pertinência da Intervenção	Adequação dos objectivos aos problemas diagnosticados	<p>PDS Diagnostico Social Actas</p>	CLASAV	Semestral

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
Eficácia	<p>Relação das actividades realizadas e previstas</p> <p>Relação dos Objectivos realizados e previstos</p> <p>Relação dos prazos atingidos e previstos</p> <p>Relação do grupo-alvo atingido e previsto</p> <p>Desvio e sua causalidade</p>	<p>PDS</p> <p>Actas</p> <p>Plano de Acção</p> <p>Fichas de Inscrição</p> <p>Grelhas de Análise</p>	CLASAV	Semestral
Eficiência	<p>Relação objectivos atingidos/recursos utilizados</p> <p>Relação actividade realizada/recursos utilizados</p> <p>Relação objectivos atingidos/actividades realizadas</p> <p>Relação recursos utilizados e recursos previstos</p> <p>Análise do custo-benefício</p> <p>Custo total/nº de indivíduos abrangidos pela acção</p> <p>Custo total/tipo de acção</p>	<p>PDS</p> <p>Plano de Acção</p> <p>Grelha de Analise</p> <p>Inquérito</p>	CLASAV	Semestral

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
Impactes Locais	<p>Grupos de trabalho criados</p> <p>Nº de barreiras arquitectónicas identificadas</p> <p>Nº de barreiras arquitectónicas alvo de intervenção</p> <p>Grau de satisfação face aos recursos sociais</p> <p>Nº de pessoas em lista de espera face aos equipamentos de apoio social e comunitário</p> <p>Documentação aprovada e produzida</p> <p>Nº de participantes nas actividades</p> <p>Nº de inscrições</p> <p>Grau de cobertura dos equipamentos de apoio social e comunitário</p> <p>Nº de novas respostas criadas</p> <p>Nº de respostas que foram alargadas</p> <p>Introdução de melhoria nos serviços</p> <p>Grau de apoio ao processo de candidatura e mediação</p> <p>Nº de campanhas desenvolvidas</p> <p>Nº de instrumentos de facilitação</p>	<p>Inquéritos</p> <p>Actas</p> <p>Registos de Actividade</p> <p>Protocolos</p> <p>Estabelecidos</p> <p>Fichas de Inscrição</p> <p>Grelhas de Análise</p>	CLASAV	Semestral

CONCLUSÃO

Com este documento pretende-se o estabelecimento de uma base relacional e de articulação entre os vários parceiros respeitando as competências próprias de cada um e desenvolvendo, numa perspectiva conjunta, uma actividade socialmente útil, sem estar dissociada do micro, meso e macro-contextos sociais.

O CLASAV pretende melhorar:

- ⇒ O acesso dos cidadãos à informação fomentando a compreensão do funcionamento das diferentes estruturas sociais e actualizando, progressivamente, os recursos locais;
- ⇒ A interacção com os cidadãos e actores sociais através da criação ou dinamização de recursos sociais assente nas capacidades individuais e colectivas;
- ⇒ As respostas aos problemas consensualmente priorizados;
- ⇒ As relações institucionais na elaboração e condução de medidas sociais e de uma política social contextualizada à realidade concelhia.

BIBLIOGRAFIA

Capucha, Luís, Pegado, Elsa, Saleiro, Sandra, Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa, 1999.

CMAV, Carta Educativa do Concelho de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, Outubro de 2002.

Constituição da Republica Portuguesa, Coimbra Editora, 1998.

Declaração Final dos Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local de Sherbrooke (Canadá), ANIMAR, Outubro de 1998.

DHV/FBO, Revisão do Plano Director Municipal de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, Julho de 2003.

HABERMAS, Jurgen, Teoría de la Acción Comunicativa, Vol.I, Racionalidade de la Acción y Racionalizacion Social, Madrid, Taurus Ediciones, 1987.

Instituto da segurança Social, Guião Prático para a Implementação da Rede Social, ISS, IP, Lisboa, 2004.

IDS, Plano de Desenvolvimento Social, IDS, Lisboa, 2002.

INE, IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos, Região Centro, Portugal, ano 2002.

INE, XIV Recenseamento Geral da População – Resultados Definitivos, Região Centro, Portugal, ano 2002.

LAPAS, Ricardo, Relatório de Estagio, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Setembro de 1999.

PROJECTOPLANO, Plano Director Municipal de Arruda dos Vinhos, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, 1991.

Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de Julho.